

## DECRETO Nº 2.799, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2025.

Reaprova o microparcelamento da Gleba 5-A, denominada Loteamento ARSE 135-A, na forma que específica.

O **PREFEITO DE PALMAS**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 71, inciso III, da <u>Lei Orgânica do Município</u>;

## DECRETA:

**Art. 1º** É reaprovado o microparcelamento da área de terras urbanas Gleba 5-A, Fazenda Barra da Tiúba, nesta Capital, denominada Loteamento ARSE 135-A, de propriedade da RIO PARTICIPAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 27.373.051/0001-15, conforme matrícula nº 141.872 do Cartório de Registro de Imóveis de Palmas, com área bruta de 278.714,06 m², da qual são deduzidas duas áreas de preservação permanente que somam 6.026,98 m², de modo que resulta uma área parcelável de 272.687,08 m², dos quais, conforme projeto geométrico e de arruamento, serão destinados:

- I 75.942,12 m<sup>2</sup> ao sistema viário e à ciclovia;
- II 82.090,99 m<sup>2</sup> à área de lotes residenciais unifamiliares;
- III 4.217,43 m<sup>2</sup> à área de lotes comerciais/ACSV;
- IV 19.297,17 m<sup>2</sup> à área de lotes mistos;
- V 4.970,93 m<sup>2</sup> à área de lotes multifamiliares;
- VI -13.945,06 m<sup>2</sup> à área de lotes para APM-Institucionais;
- VII 18.836,55 m² à área de lotes AERIA's-AVU-praça;
- VIII 11.992,31 m<sup>2</sup> à área de lotes AERIA's-AAP;
- IX 9.076,47 m<sup>2</sup> à área Posto de Abastecimento de Combustível (PAC).
- X 32.318,05 m<sup>2</sup> á área de lotes ASR.
- **Art. 2º** Nos termos do art. 22 da <u>Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979</u>, no ato da inscrição do loteamento na circunscrição imobiliária competente, passarão a integrar o patrimônio público municipal as seguintes áreas destinadas:
  - I ao sistema viário e à ciclovia, com 72.650,33 m<sup>2</sup>;
  - II a lotes para APM-Institucionais, com 13.945,06 m<sup>2</sup>;
  - III a lotes AERIA's-AVU-praça, com 18.836,55 m<sup>2</sup>;



- IV a lotes AERIA's-AAP, com 11.992,31 m<sup>2</sup>.
- **Art. 3º** Em conformidade com os projetos integrantes dos autos administrativos n° 2020034499 e anexos e, de acordo com o contido no art. 22 da <u>Lei</u> n° 468, de 6 de janeiro de 1994, o loteamento será servido, respeitadas as especificações do memorial descritivo, pelas seguintes obras de infraestrutura urbana:
  - I arruamento;
  - II demarcação dos logradouros, quadras e lotes;
  - III rede de distribuição de água potável;
  - IV rede de distribuição de energia elétrica e iluminação pública;
  - V rede coletora de esgoto sanitário;
  - VI pavimentação asfáltica, meio-fio e sarjetas;
  - VII rede de galerias pluviais;
  - VIII arborização e urbanização de canteiros;
  - IX sinalização viária horizontal e vertical;
  - X calçamento dos passeios;
  - XI emplacamento de ruas.
- § 1º Para garantir a realização das obras de infraestrutura urbana no loteamento, listadas nos incisos do *caput* deste artigo, as quais deverão ser executadas no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data de reaprovação do microparcelamento, são caucionados, em favor do Município de Palmas, os seguintes imóveis do loteamento ARSE 135-A:
  - I lotes 1 a 58, da Quadra 10;
  - II lotes 1 a 50, da Quadra 8.
- § 2º Para atendimento ao disposto no art. 25 da <u>Lei nº 468, de 1994</u>, a caução referida no § 1º deste artigo será efetivada mediante escritura pública de caução, correndo à conta da loteadora os custos da sua lavratura e o devido registro imobiliário.
- **Art. 4º** Após a edição deste Decreto o microparcelamento deverá ser levado a registro na circunscrição imobiliária competente, dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação, sob pena de caducidade da licença concedida.



Art. 5° São revogados os Decretos:

I - nº 2.552, de 30 de julho de 2024,

II - nº 2.560, de 8 de agosto de 2024.

Art. 6° Este Decreto entra em vigor na data da publicação.

Palmas, 7 de novembro de 2025.

## JOSÉ EDUARDO DE SIQUEIRA CAMPOS

Prefeito de Palmas

Rolf Costa Vidal Secretário-Chefe da Casa Civil do Município de Palmas Israel Henrique de Melo Sousa Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano

Este texto não substitui o publicado no Domp nº 3.833 de 7/11/2025